



30^o CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO



25 a 29 de novembro 2024

Bibliotecas Fortes:
Sociedade Democrática Recife, PE

Eixo 6 - O mundo digital: apropriação e desafios

Modalidade: Trabalho completo

Diretrizes para a padronização e uso dos nomes de editores na Biblioteca Nacional

Guidelines for the standardization and use of editors' names in Brazil's National Library

Juliana Taboada – Fundação Biblioteca Nacional

Natalia Souza

Priscilla Silva

Fernanda Gimenez

Resumo: Este trabalho visa apresentar as diretrizes estabelecidas para a padronização dos nomes dos editores para os livros de acervo corrente (via depósito legal) da Biblioteca Nacional. Através de pesquisas bibliográfica e empírica, fez-se um panorama geral da situação do mercado editorial nacional e seu impacto na descrição bibliográfica. Destarte, formalizou-se as diretrizes de entrada padronizada para editoras comerciais (incluindo selos editoriais), universitárias, institucionais e edição de autor. Conclui-se que a padronização dos nomes dos editores poderá otimizar sua busca e recuperação nos catálogos, considerando o estabelecimento de pontos de acesso controlados para estes.

Palavras-chave: Descrição bibliográfica. Pontos de acesso. Editores.

Abstract: This work aims to present the guidelines established for the standardization of editors' names for current collection books' (via legal deposit) of Brazil's National Library. Through documentary survey and bibliographical and empirical research, it was made a general overview of the situation of national publishing market and its impact on the bibliographic description. Thus, standardized entry forms for commercial (including editorial imprints), universities, institutional publishers and author publishing were formalized. It is concluded that the standardization of publishers' names can optimize their search and retrieval in catalogs, considering an establishment of controlled access points for them.

Keywords: Bibliographic description. Access points. Editors.



1 INTRODUÇÃO

Em 1822, uma determinação do governo imperial já estabelecia que ao menos um exemplar de todas as publicações da, na época, Tipografia Nacional, fosse enviado à Biblioteca Nacional. Após a atualização do Decreto de Contribuição Legal, em 1907, foi criada a Lei Federal nº 10.994 em 2004, que dispõe sobre o depósito legal, dispositivo que, perpetuando a prática iniciada no século XIX, mantém a obrigatoriedade de se depositar na Fundação Biblioteca Nacional (FBN) no mínimo um exemplar das obras publicadas no Brasil, com o objetivo final da formação e preservação da Coleção Memória Nacional (Biblioteca Nacional (Brasil), 2016¹).

Para dar acesso a essas publicações, o Centro de Processamento e Preservação (CPP), realiza todas as etapas da catalogação deste acervo sendo depositado. No Setor de Representação Descritiva (SERED), a equipe de bibliotecários se encarrega exclusivamente da descrição bibliográfica dessas publicações.²

Considerando o efeito da aplicação da lei, a FBN reúne em seu acervo um número expressivo de títulos, correspondendo ao grande número de editoras nacionais. Assim, proporcionalmente, a quantidade de editoras, principalmente comerciais, a serem registradas no momento da descrição mostrou-se vasta e evidenciou a necessidade de um controle sobre elas.

Os questionamentos decorrentes da atividade de descrição convergiram para a seguinte pergunta: como garantir uma representação e recuperação adequada dos editores, a fim de minimizar as perdas de informação e manter a consistência do catálogo?

Inicialmente, optou-se no SERED pela formação de um catálogo de editores que foi elaborado no formato de fichas em papel, preenchidas manualmente, determinando: forma autorizada para o uso do nome de cada editora, remissivas ver e ver também, endereço, contatos e outros dados relevantes que pudessem melhor identificar as editoras.

¹Informação sem data e paginação, extraída do histórico disponível no *site* da Biblioteca Nacional, em 2016.

²De acordo com o Regimento interno da Fundação Biblioteca Nacional, Portaria MinC nº 74, de 3 de agosto de 2018.

A partir do catálogo de editores seria possível, então, realizar pesquisas para que a utilização dos nomes das editoras fosse feita de maneira uniforme e também para auxiliar na compreensão do histórico de cada editora.

A automação dos catálogos e softwares de gerenciamento de bibliotecas e a diversidade de formatos para a descrição bibliográfica - com destaque ao MARC 21 - transformou o que antes era físico e restrito em automatizado e abrangente. A FBN, que desde a década de 1970 trabalhava sua automatização, após algumas experiências com este novo contexto obteve, na década de 1990, a aquisição de seu primeiro *software* integrado entre as seções da instituição, o OrtoDocs (Biblioteca Nacional (Brasil), 2016). O *software* também permitiu a criação do que foi chamado de Catálogo de Editores (Figura 1), no qual parte do precursor catálogo de fichas começou a ter suas informações disponíveis para a pesquisa *on-line*.

Figura 1 - Demonstração do Catálogo de Editores no *software* OrtoDocs

Razão Social	Viveiros de Castro Editora Ltda.
Nome Fantasia	Sette LetrasSete Letras
Entrada de Catalogação	7Letras👉
Editor Responsável	Jorge Viveiros de Castro
Endereço	Rua Jardim Botânico, 600/ sala 307
Bairro	Jardim Botânico
Cidade	Rio de Janeiro
Cep	22461-000
Estado	RJ
Email	editora@7letras.com.br
Homepage	www.7letras.com.br

Fonte: BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil), 2017.

Descrição: #ParaTodosVerem *Print* do catálogo *on-line* de editores com as informações: razão social, nome fantasia, entrada de catalogação, editor responsável, endereço, bairro, cidade, CEP, estado, *e-mail* e *homepage*.

O Catálogo de Editores abriu novas possibilidades para a inclusão de informações significativas relativas às editoras, como: razão social, nome fantasia, entrada de catalogação (forma padronizada do nome), endereço, *homepage* e linha editorial. É perceptível a transformação do primeiro catálogo ao segundo apresentado acima, tanto no âmbito do processo de elaboração (manual - automatizado) e pesquisa, quanto no modo de apresentação dos dados e sua maior quantidade de informações organizadas.

O ambiente automatizado ofereceu, de fato, outra dinâmica para a catalogação dos materiais que, incessantemente, são incorporados ao acervo da FBN. Todavia, questões como a migração das bases de dados e a atualização das normas de

representação descritiva exigem constante avaliação e renovação dos critérios utilizados para a execução dessa tarefa fundamental.

Atualmente, o *software* utilizado pela FBN apresenta uma tabela auxiliar de editores (Figura 2), que permite a inclusão controlada dos seguintes dados: nome, CNPJ, inscrição estadual, contato (endereço, telefone, fax, *e-mail* e *homepage*), remissivas ver e observações. Vale destacar que essa tabela, por ora, só pode ser consultada de forma interna pelo módulo gerenciador do *software*.

Figura 2 - Tabela auxiliar - editoras

Rev.	Descrição
<input type="checkbox"/>	Moura
<input checked="" type="checkbox"/>	Moura SA

Total de registros: 2

Detalhes (Dados)	
Informação	Conteúdo
Nome	Moura SA
Observações	Selo da Editora CRV.
Endereço	Rua Fernando Amaro, 518 - Alto da Rua XV - Curitiba, PR, Brasil - 80045080
Telefone / Fax	41 3039-6418
E-mail	railson@editoracrv.com.br/ marilia@editoracrv.com.br
Homepage	https://www.editoracrv.com.br/

Fonte: Elaborada pelas autoras.

Descrição: #ParaTodosVerem *Print* da Tabela auxiliar de editores com a descrição das informações de nome, observações, endereço, telefone, *e-mail* e *homepage*

A partir de avaliações do cenário em que se encontra atualmente a padronização dos nomes das editoras na FBN, inúmeros questionamentos relativos ao mercado editorial e a crescente presença dos selos editoriais nas publicações (sem uma definição do que eles seriam) surgiram com frequência cada vez maior.

As observações acerca da produção editorial evidenciaram outros aspectos para realizar o controle das editoras, a saber: a existência de diferentes tipos de editoras; a presença de remissivas ver e ver também que relacionem corretamente grupos editoriais, editoras e selos; a importância dos logotipos como informação para identificação de grupos editoriais, editoras e selos; a relevância de registrar um pequeno histórico das alterações dos dados das editoras.



Ainda que já existisse a preocupação com o controle dos nomes das editoras utilizados no catálogo da instituição, a falta de um documento formal que explicitasse o conhecimento empírico da equipe de catalogadores e justificasse o padrão para a inserção na base de dados das diferentes editoras - levando em consideração todos os fatores complexos que envolvem a sua identificação - gerou a criação das diretrizes para a inclusão dos dados das editoras, explicitadas no decorrer deste trabalho.

2 METODOLOGIA

Diante desses questionamentos centrais, foi feita uma análise qualitativa dos dados obtidos através de levantamento documental, pesquisas bibliográfica e empírica (Quivy; Campenhoudt, 2013; Severino, 2010) utilizando os referenciais teóricos adotados no SERED para representação descritiva: Declaração dos Princípios Internacionais de Catalogação (2018) e Código de Catalogação Anglo-Americano (2002).

Para o entendimento da adoção das entradas de edição de autor por seu nome abreviado e sobrenome foi utilizado o *site* da bibliotecária Antonia Memória³ e o Código da Vaticana (1962).

Em relação às editoras universitárias foi elaborado um levantamento com todas as editoras depositárias na FBN e analisou-se quantitativamente as formas mais encontradas delas nos catálogos.

Para conceituação dos tipos de editoras, utilizou-se o Dicionário de biblioteconomia e arquivologia (2008) e para determinar a forma de edição padrão de página de rosto a norma NBR 6029: 2006 - informação e documentação: livros e folhetos: apresentação.

Concomitantemente foi feita a pesquisa de campo utilizando as reuniões técnicas⁴ com os bibliotecários mais antigos do SERED para compreender as orientações já estabelecidas e discutir o referencial teórico utilizado na entrada dos nomes de editoras.

³ *Site* de Pergunta e Respostas da bibliotecária Antônia Memória.

⁴ A partir de 2015, o SERED retomou as reuniões periódicas com a equipe para tratar das dúvidas do processo de representação descritiva e iniciar a elaboração do documento interno Decisões de Catalogação, que sistematiza as orientações para descrição bibliográfica de obras neste Setor.



Ainda, para compreender o conceito de selos editoriais, foram feitas buscas nos *sites* das editoras e grupos editoriais, bem como uma pesquisa de campo junto a seus representantes. Para tanto, fez-se o contato diretamente com algumas editoras e grupos editoriais com o objetivo de compreender a criação de determinados selos editoriais.

Em todos os casos foi feita a pesquisa nos *sites* das editoras para compreender seus históricos e o principal nome adotado por elas. Após essas análises, iniciou-se a estruturação das diretrizes que levam em consideração as necessidades e condições do catálogo da instituição.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

3.1 Orientações gerais

Foram considerados os seguintes princípios para a elaboração das diretrizes:

2.1 Interesse do usuário. [...] As decisões referentes a criação das descrições e as formas controladas dos nomes para os acessos, devem ser decididas tendo em mente o usuário.

2.2 Uso comum. O vocabulário utilizado nas descrições e pontos de acesso devem estar em concordância com a maioria dos usuários.

2.3 Representação. Uma descrição deve representar o recurso tal como aparece. As formas controladas dos nomes de pessoas, entidades coletivas e famílias devem se basear na maneira como estas entidades se auto denominam. [...]

[...] 2.6 Significação. Os elementos dos dados devem ser relevantes para a descrição, dignos de menção e permitir a diferenciação entre entidades.

[...] 2.8 Coerência e normalização. Devem-se normalizar as descrições e a criação de pontos de acesso até ao ponto em que seja possível para possibilitar a coerência.

2.9 Integração. As descrições para todo o tipo de recursos e formas controladas dos nomes de qualquer tipo de entidade deverão se basear o máximo possível em um conjunto de regras comum.

[...] 2.13 Racionalidade. As regras de um código de catalogação deverão ser defendíveis e não arbitrárias. Se, em situações específicas, não é possível respeitar todos os princípios, então se deverá adotar uma solução prática e defendível e se deverá explicar as razões. (IFLA, 2018, p. 5-6)

Sendo o AACR2r⁵, o código de catalogação utilizado no momento pela instituição, e observando que as “[...] AACR foram desenvolvidas da perspectiva da comunidade de catalogação anglo-norte-americana [...]” (Oliver, 2011, p.14), busca-se

⁵ Código de Catalogação Anglo-americano, 2ª edição revisada e traduzida para o português.



neste trabalho harmonizar as regras do código com a realidade do mercado editorial brasileiro.

Além de definir diretrizes para a inserção dos dados de editoras comerciais, este trabalho também contempla a padronização para a inclusão dos dados de editoras institucionais, selos editoriais, edições de autor, editoras fictícias e edições por pessoa física não comercial.

Entende-se como editora comercial aquela que “do ponto de vista comercial, é a pessoa ou empresa que publica uma obra e se responsabiliza tanto pela sua apresentação gráfica como pela sua distribuição e venda” (Cunha; Cavalcanti, 2008, p. 141).

Os selos editoriais, um dos principais pontos de partida desta pesquisa, ainda não possuem uma definição exata, fato constatado pela variedade de razões para sua existência e que será detalhado a seguir neste trabalho.

As editoras aqui consideradas como institucionais, provêm de instituições que detêm editoras próprias. Assim, pode-se fazer uma diferenciação entre as edições feitas pelas instituições ou por seus departamentos específicos, daquelas feitas por uma editora institucional. Desta forma, foram identificados dois grupos principais neste contexto: 1) as editoras institucionais das diversas instituições públicas ou privadas; 2) as editoras universitárias, “editora vinculada a uma universidade ou faculdade” (Cunha; Cavalcanti, 2008, p. 141), normalmente dedicada à publicação de conteúdo científico.

A edição de autor tem como característica ser “[...] feita pelo próprio autor e às suas expensas” (Cunha; Cavalcanti, 2008, p. 140). Existem também as editoras fictícias, que não possuem um consenso quanto à sua definição, mas que constam em algumas publicações. Além desses tipos de edições, há a edição não comercial, na qual o livro é editado por uma pessoa física que não necessariamente é o próprio autor, mas também não configura como uma casa publicadora.

Os questionamentos referentes à área da publicação foram aqui traduzidos como as diretrizes de padrões dos nomes de editores, visando que o catálogo da FBN mantenha sua consistência e a qualidade de seus registros bibliográficos⁶.

⁶ Ressalta-se que essas diretrizes foram elaboradas tendo como base a aplicação das entradas padronizadas das editoras através do atual *software* utilizado pela FBN.



3.2 Selos editoriais

Conforme já mencionado, os selos editoriais foram um dos principais pontos de partida desta pesquisa. O século XXI trouxe profundas transformações nas práticas do mercado do livro, demarcando o fortalecimento dos grupos editoriais e um contínuo surgimento de pequenas e médias editoras (Barcellos, 2010). Segundo Koracakis (2010), também nesse século foi possível perceber mudanças velozes na cena editorial brasileira, tanto por aquisições e uniões empresariais, como também pelo ingresso de grandes editoras internacionais no país.

Os selos editoriais ainda não têm uma definição clara, e há quem conteste a relevância da sua existência. Carrenho (2016) faz um questionamento acerca da utilização dos selos editoriais no Brasil, e discute:

Eu sempre achei que por aqui os leitores não dão a mínima para a editora dos livros e, muito menos, para selos. Mas não havia nenhuma pesquisa mostrando isso. Até agora. Afinal a recém-divulgada Retratos da Leitura traz este dado um pouco escondido entre tantas estatísticas interessantes. A pergunta 51 da pesquisa, feita àqueles considerados compradores de livros, ou seja, que haviam comprado um livro nos últimos três meses era a seguinte: "Qual destes fatores mais influencia o(a) sr(a) na hora de escolher um livro para comprar?" E apenas 3% dos compradores apontaram a editora em 2015! Ou seja, por mais que algumas editoras tenham um público fiel de fazer filas em caracol em volta de seus estandes nas bienais, e por mais que algumas casas permeiem o imaginário de qualidade estética e literária dos profissionais do setor, o fato é que 97% de quem compra livro está pouco se lixando para a editora.

Na tentativa de entender o que são os selos editoriais, foram realizadas pesquisas através dos *sites* das editoras e/ou grupos editoriais, bem como fizeram-se inúmeros contatos com representantes editoriais. Foi possível verificar que há diferentes percepções sobre o conceito de selo editorial. Apresentamos, então, o quadro 1 que demonstra a forma de utilização dos selos editoriais por algumas editoras e/ou grupos editoriais nacionais:

Quadro 1 - Panorama de alguns selos editoriais brasileiros

Selo(s)	Editora / Grupo Editorial	Razão da existência do(s) selo(s)
Editora Nacional	Grupo IBEP (Instituto Brasileiro de Edições Pedagógicas)	Manutenção da antiga marca (fidelização dos leitores que nela confiam)
Alfaguara; Boa Companhia; Breve Companhia; Claro Enigma; Companhia das Letras; Companhia das Letrinhas; Companhia de	Grupo Companhia das Letras	Marketing (foco em agrupar livros com características semelhantes, seja pela temática ou público-alvo)



Bolso; Companhia de Mesa; Fontanar; Objetiva; Paralela; Penguin-Companhia das Letras; Ponto de Leitura; Portfolio Penguin; Quadrinhos na Cia.; Revira Volta; Seguinte; Suma de Letras		
Aventura; Vida; Mistério; Ficção; Verso livre	Editora Saraiva - Coleção Jabuti	Subdivisão de uma coleção
Guanabara Koogan; Roca; LTC; Atlas; Forense; Método; Forense Universitária	Grupo Editora Nacional (GEN)	Associação de editoras, tratando-as como selos
Record; Reco-reco; Amarcord; Galera Júnior; Galerinha; Verus; Bertrand Brasil; José Olympio; Best Seller; Rosa dos Tempos; Civilização Brasileira; Paz & Terra; Difel; Best Business; BestBolso; Viva Livros; Nova Era	Grupo Editorial Record	Conglomerado editorial que mantém a marca de antigas editoras para manter o público-alvo
Fábrica de Livros; Scortecci (tiragem) Scortecci; Pingo de Letra; Scortecci Quadrinhos; Scortecci E-books	Grupo Editorial Scortecci	De acordo com o quantitativo das tiragens, por linha editorial e por tipo de publicação (impresso/e-book)
Coletivo Nascadouro Solo Singular	Editora Os Dez Melhores	Literário, temático, para apenas dez autores selecionados A partir das oficinas realizadas pela editora Tiragem de 500 exemplares, além de ampla divulgação escrita e digital realizada pela editora Tiragem de 150 exemplares, divulgação escrita e ampla divulgação virtual

Fonte: Elaborado pelas autoras.

Descrição: Quadro com um panorama de alguns selos editoriais brasileiros, incluindo as editoras ou grupos editoriais a que pertencem e a razão de sua existência

Através dos dados apresentados é possível observar que em alguns casos percebe-se que a utilização de selos como marketing é realizada para agrupar livros com características semelhantes, seja pela temática ou público-alvo, e, desta forma, facilitar a identificação do leitor com seus livros, fato que pode ser associado à 2ª Lei de



Ranganathan: “Para cada pessoa o seu livro!” (Ranganathan, 2009, p. [50]) e à 3ª Lei de Ranganathan: “[...] para cada livro seu leitor” (Ranganathan, 2009, p. [189]).

Em contrapartida às editoras ou grupos editoriais que focam seus selos na temática ou público-alvo, nota-se que há outros usos dos selos editoriais que são inerentes aos diferentes serviços oferecidos pelas empresas editoriais.

Para além dos exemplos apresentados, foram encontradas também algumas editoras que criam logos comemorativos e os apresentam na página de rosto, local onde geralmente constam as informações editoriais. Um exemplo é a editora L&PM que comemorou em 2014 seus quarenta anos de existência no mercado editorial. Ressalta-se aqui que os logos comemorativos não foram considerados como selos editoriais, uma vez que são um registro comemorativo das empresas que os criam.

Como foi constatado, o uso dos selos é heterogêneo e é comum as editoras ou grupos editoriais os criarem com diferentes objetivos. Assim, a definição de selo editorial ainda é bastante ambígua, do mesmo modo como seu formato de apresentação nos livros é variável.

3.3 Critérios para a inclusão dos dados editoriais na FBN

A representação descritiva dos dados editoriais na instituição considera a inclusão na área da publicação, distribuição, etc. segundo o AACR2r, e também na formação do catálogo de editores. Para o mercado editorial, considera-se a NBR 6029 que “[...] estabelece os princípios gerais para a apresentação dos elementos que constituem o livro ou folheto” (Associação Brasileira de Normas Técnicas, 2006, p. 1). Porém, não há padronização quanto a este parâmetro pelos editores que apresentam informações diferentes em cada fonte prescrita.

Para o estabelecimento de uma padronização utilizada como critério de inclusão de dados, foram consideradas as regras do AACR2r e a aplicação do formato MARC 21, além da complexidade da apresentação dos dados editoriais. Com isso, a página de rosto será prevacente e, quando não houver, se manterá as fontes previstas no código. Segue-se a ordem das fontes a serem utilizadas: página de rosto > verso da página de rosto > capa > colofão > quarta capa. Nos casos em que não houver a possibilidade de se transcrever sinais ou símbolos presentes nos nomes, estes poderão ser suprimidos



ou substituídos pelo que for conveniente. Por exemplo, a utilização da letra “α” do alfabeto grego pode ser substituída por “a”.

Um catálogo estruturado na padronização dos nomes de editores e nos relacionamentos entre grupos editoriais, editoras e selos, permitiria uma melhor recuperação dessas informações. Em vista disso, considera-se essencial o uso de ponto de acesso controlado para editores, utilizando remissivas ver para nomes não padronizados e remissivas ver também para a criação de possíveis vínculos existentes entre os registros do catálogo.

3.4 Diretrizes de editores na FBN

A partir de todo exposto, propõe-se, então, o estabelecimento de diretrizes para a inclusão das entradas padronizadas dos editores na base de dados da FBN, que tiveram principalmente como base as editoras comerciais, que são a maior recorrência no acervo corrente recebido por meio do depósito legal e também as que apresentam maior diversidade de casos. Apresentam-se, no contexto das editoras comerciais, a diretriz geral (Quadro 2), bem como as diretrizes para: editoras homônimas (Quadro 3), editoras cujos nomes são de pessoas ou de lugares (Quadro 4), editoras cujos nomes são formados por uma locução adjetiva (Quadro 5), editoras cujos nomes contenham letras ou dígitos inferiores a 3 caracteres (Quadro 6), grupos editoriais, editoras, selos editoriais como responsáveis pela publicação de uma obra (Quadro 7).

Amplia-se o espectro das editoras comerciais com as diretrizes para editoras universitárias (Quadro 8), editoras institucionais (Quadro 9), edições feitas por instituições públicas ou privadas (Quadro 10), editoras fictícias (Quadro 11), edições de autor (Quadro 12) e, por fim, as edições de pessoa física não comercial (Quadro 13). Segue-se, então, com as diretrizes:

Quadro 2 - Diretriz geral

O nome da editora será aquele com o qual ela se reconhece e em sua forma mais sucinta, seguindo as regras do 1.4D2 e 1.4D3 do AACR2r.

Editora na página de rosto	Forma padronizada do nome
Editora C/ Arte	C/Arte
Expressão & Arte Editora	Expressão & Arte

Fonte: Elaborado pelas autoras.

Descrição: Quadro com a citação diretriz geral para a padronização dos nomes das editoras e seus exemplos.



Quadro 3 - Editoras homônimas

Para a inserção de uma editora homônima na base de dados, deve(m)-se incluir o(s) termo(s) ou função(ões) que apareça(m) em seu nome por extenso, de modo a diferenciá-la da editora já existente. Se houver outras editoras homônimas, mesmo já com o acréscimo de termos ou funções por extenso, deverá ser utilizado os termos e/ou funções de forma abreviada. Não existindo nenhum termo e/ou função, deve-se fazer uso do termo “[Editora]” anteposto ao nome. Segue-se essa ordem: **Editora por extenso > Abreviatura > [Editora]**

Editora na página de rosto	Forma padronizada do nome
IPÊ Editora (<i>primeira editora na base de dados, de Ourinhos/SP</i>)	IPÊ
Gráfica e Editora Ipê (<i>editora homônima, de Belo Horizonte</i>)	Gráfica e Editora Ipê
IPE Editora e Livraria (<i>editora homônima, de Paulínia/SP</i>)	IPE Editora e Livraria
Editora Ipe (<i>editora homônima, de São Paulo</i>)	Editora Ipe
Edições IPÊ (<i>editora homônima, do Rio de Janeiro</i>)	Edições IPÊ
IPE Edições (<i>editora homônima, de Joinville/SC</i>)	IPE Edições
Ipê Gráfica (<i>editora homônima, de Londrina/PR</i>)	Ipê Gráfica

Fonte: Elaborado pelas autoras.

Descrição: Quadro com a citação da diretriz para a padronização dos nomes das editoras homônimas e seus exemplos.

Quadro 4 - Editoras cujos nomes são de pessoas ou de lugares

Para o caso de editoras que possuam nomes de pessoas (1 ou mais nome(s) pessoal(is) ou nome + sobrenome) ou nomes de lugares, acrescentam-se os termos e/ou funções que a editora apresente em seu nome. O acréscimo de termo(s) deve ser feito de forma anteposta ou posposta ao nome, conforme estiver apresentado pelas editoras.

Editora na página de rosto	Forma padronizada do nome
Rio de Janeiro Editora	Rio de Janeiro Editora
Editora Anita Garibaldi	Editora Anita Garibaldi
Pedro & João Editores	Pedro & João Editores

Nos casos de editoras em que constem apenas sobrenomes (um ou mais) **não** se faz o acréscimo dos termos

Editora na página de rosto	Forma padronizada do nome
Editora Saraiva	Saraiva (<u>apenas 1 sobrenome, seguir como na diretriz geral</u>)
Editora Mourthé	Mourthé (<u>apenas 1 sobrenome, seguir como na diretriz geral</u>)
Freitas Bastos	Freitas Bastos (<u>2 sobrenomes, seguir como na diretriz geral</u>)

Caso a editora **não** apresente em nenhuma fonte de informação prescrita a palavra indicativa de sua função (editora, edições, editores ou quaisquer outros termos afins), adota-se o acréscimo da palavra “[Editora]” sempre anteposta ao seu nome.

Editora na página de rosto	Forma padronizada do nome
----------------------------	---------------------------



Francisco Alves	[Editora] Francisco Alves
-----------------	---------------------------

Fonte: Elaborado pelas autoras.

Descrição: Quadro com a citação da diretriz para a padronização dos nomes das editoras cujos nomes são de pessoas ou de lugares e seus exemplos.

Quadro 5 - Editoras cujos nomes são formados por uma locução adjetiva

Para editoras cujos nomes formem locuções adjetivas, deve-se manter a locução conforme ela se apresenta, de modo que os nomes de editoras não fiquem registrados incompletos.

Editora na página de rosto	Forma padronizada do nome
Ateliê Editorial	Ateliê Editorial
Editora do Brasil	Editora do Brasil
Edições de Janeiro	Edições de Janeiro
Edições Superiores	Edições Superiores

Fonte: Elaborado pelas autoras.

Descrição: Quadro com a citação da diretriz para a padronização de editoras cujos nomes são formados por uma locução adjetiva e seus exemplos.

Quadro 6 - Editoras cujos nomes contenham letras ou dígitos inferiores a 3 caracteres

Editoras com nomes compostos por menos de três letras ou dígitos, deve-se usar o termo ou função. Quando não constar em nenhuma fonte de informação prescrita a função, inclui-se o termo “[Editora]”. Resumindo a ordem seria: **Editora > [Editora]**

Editora na página de rosto	Forma padronizada do nome
Editora 34	Editora 34
Lê	[Editora] Lê

Fonte: Elaborado pelas autoras.

Descrição: Quadro com a citação da diretriz para a padronização de editoras cujos nomes contenham letras ou dígitos inferiores a 3 caracteres e seus exemplos.

Quadro 7 - Grupos editoriais, editoras, selos editoriais como responsáveis pela publicação de uma obra

Se uma publicação apresentar um selo editorial em sua página de rosto e uma editora no verso, a escolha será pelo selo editorial presente na página de rosto. Caso grupo editorial, editora e selo apareçam na página de rosto simultaneamente, a preferência será dada ao elemento mais específico, seguindo a ordem com o selo editorial em primeiro lugar, seguido da editora e em última instância o grupo editorial.

Editora na página de rosto	Forma padronizada do nome
Benvirá	Benvirá
GEN Salta	Salta

Fonte: Elaborado pelas autoras.

Descrição: Quadro com a citação da diretriz para a padronização dos nomes dos grupos editoriais, editoras, selos editoriais como responsáveis pela publicação de uma obra e seus exemplos.

Quadro 8 - Editoras universitárias

Editoras universitárias com a utilização do termo “Editora”

É comum para as editoras universitárias a utilização da expressão “Editora da” ou “Ed. da” em seus nomes. Escolheu-se adotar os termos por extenso “editora(s)”, “edição(ões)”, “editor(es)”, “editorial(is)”, além de “publicação(ões)”, “livro(s)”, “produção(ões)”, ou termos com funções



similares, anteposta ou posposta ao nome da universidade, mantendo sua forma mais sucinta, retirando as preposições e/ou os termos qualificadores.

Editora na página de rosto	Forma padronizada do nome
Editora da UFRJ	Editora UFRJ
Editora Universitária UFPE	Editora UFPE
UNISUAM Publicações	UNISUAM Publicações
Editoras universitárias com aglutinação em seus nomes	
Outra forma de apresentação das editoras universitárias é a aglutinação da abreviatura “Ed.” com o nome da universidade. Adota-se nesse caso, para as editoras que assim o fazem, a utilização do formato “EdSIGLA.”	
EdUFF	
EdUSP	
EdUFSCar	
Editoras universitárias com nomes próprios	
Para as editoras universitárias que se reconheçam com um nome próprio, ainda que não faça menção direta à universidade a qual pertence, deve-se catalogá-las como aparecerem nas fontes de informações prescritas das obras.	
Champagnat (<u>Editora da Pontifícia Universidade Católica do Paraná</u>)	
Argos (<u>Editora da Universidade Comunitária Regional de Chapecó</u>)	
Leopoldianum (<u>Editora da Universidade Católica de Santos</u>)	

Fonte: Elaborado pelas autoras.

Descrição: Quadro com a citação da diretriz para a padronização das editoras universitárias e seus exemplos.

Quadro 9 - Editoras institucionais

Toda vez que for identificada uma editora institucional em uma publicação, deverá ser incluída como esta se reconhece e em sua forma mais sucinta.

Editora na página de rosto	Forma padronizada do nome
FGV Editora	FGV Editora
Edições CNBB	Edições CNBB
Editora institucional com nome próprio	
Massangana (<u>Editora da Fundação Joaquim Nabuco</u>)	

Fonte: Elaborado pelas autoras.

Descrição: Quadro com a citação da diretriz para a padronização das editoras institucionais e seus exemplos.

Quadro 10 - Edições feitas por instituições públicas ou privadas

Para publicações feitas por instituições públicas ou privadas e/ou seus departamentos e/ou setores subordinados, deve-se utilizar o(s) nome(s) deste(s) por extenso e de forma hierárquica do nome da instituição principal até a subordinação específica.

Editora na página de rosto	Forma padronizada do nome
ICMBio	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade



Ministério do Meio Ambiente Centro de Informação, Documentação Ambiental e Editoração	Ministério do Meio Ambiente, Centro de Informação, Documentação Ambiental e Editoração
---	--

Fonte: Elaborado pelas autoras.

Descrição: Quadro com a citação da diretriz para a padronização das edições feitas por instituições públicas ou privadas e seus exemplos.

Quadro 11 - Editoras fictícias

Deverá ser incluída como esta se reconhece e em sua forma mais sucinta. Concomitantemente, deve-se fazer a correção dos dados fictícios conforme apresentado pelo AACR2r na regra 1.4B6, incluindo os dados reais de publicação, produção, distribuição, etc. após a descrição dos dados fictícios.

Editora na página de rosto	Forma padronizada do nome
Sapatos Alados	Nova York : Sapatos Alados, 1949 [i.e. Rio de Janeiro : Intrínseca, 2015].
Meu Bolso	São Paulo : Meu Bolso, 2014 [i.e. São Paulo : Edição de autor, 2014].

Fonte: Elaborado pelas autoras.

Descrição: Quadro com a citação da diretriz para a padronização das editoras fictícias e seus exemplos.

Quadro 12 - Edições de autor

Cabe a esta diretriz delegar a utilização da expressão “Edição de autor”⁷ na zona de publicação, distribuição, etc., quando de sua ocorrência devidamente identificada nas fontes de informação prescritas. Visto que o AACR2 não tem uma orientação específica para o caso, adotou-se o uso da regra 293 do Código da Vaticana (1962) conforme preconizado pela bibliotecária Antônia Memória.⁸

Editora na página de rosto	Forma padronizada do nome
Edição do autor	Edição de autor

Fonte: Elaborado pelas autoras.

Descrição: Quadro com a citação da diretriz para a padronização das edições de autor e seus exemplos.

Quadro 13 - Edições de pessoa física não comercial

Para edições feitas por uma pessoa física que não seja o autor (o que configuraria uma edição de autor) e também não seja uma editora comercial, deve-se incluir a informação **[Editado por]**.

Editora na página de rosto	Forma padronizada do nome
Autora: Giulia Calistro Edição: Roseli Vernasque Bettini	[Editado por] Roseli Vernasque Bettini

Fonte: Elaborado pelas autoras.

Descrição: Quadro com a citação da diretriz para a padronização das edições de pessoa física não comercial e seus exemplos.

⁷ Vale registrar que o SERED anteriormente adotava para esse caso: uso da primeira letra do nome próprio e seus sobrenomes, por exemplo, W. Gonçalves Taveira, conforme a orientação da obra "CCAA2 em 58 lições", de Eliane Serrão Alves Mey e Maria Tereza Reis Mendes, fato que dificultava a recuperação das edições publicadas por autores no catálogo.

⁸ Informação encontrada em: <http://www.amemoria.com.br/mboard.php>. Acesso em: 03 ago. 2016.



3.5 Dados editoriais como ponto de acesso

Os Princípios Internacionais de Catalogação (2018) são baseados no modelo conceitual Família IFLA de Requisitos Funcionais. Neste cenário, os dados editoriais são tratados pelos Requisitos Funcionais para Registros Bibliográficos, no Grupo 1 das entidades, especificamente pela entidade Manifestação. Ainda, no que concerne aos Princípios, afirma-se que:

5.1.1 Deve-se proporcionar pontos de acesso controlados para as formas autorizadas e variantes dos nomes de entidades, tais como pessoa, família, entidade coletiva, obra, expressão, manifestação, exemplar e thema.

Deve-se criar dados de autoridade com a finalidade de controlar as formas autorizadas do nome, formas variantes do nome e identificadores utilizados como pontos de acesso.

5.1.2 Pode-se proporcionar pontos de acesso não controlados como dados bibliográficos de nomes, títulos (o título propriamente dito tal e qual como se encontra em uma manifestação), códigos, palavras-chave e entre outros não controlados como dados de autoridade. (IFLA, 2018, p. 8)

Nas bibliotecas, de uma forma geral, são considerados pontos de acessos controlados as autoridades (pessoas, famílias, corporações, títulos uniformes) e os assuntos (termos tópicos), que constituem bases de dados em separado nos *softwares* para o controle específico dos nomes autorizados. Tendo em vista a formação de um catálogo de editores devidamente estruturado, entende-se aqui que, para o controle efetivo dos dados editoriais, estes devem ser pensados como potenciais pontos de acesso controlados. Este ponto de vista já foi mencionado por Assumpção (2017, p. [3]), quando ressalta que:

Alguém pode questionar: “Mas eu não vejo o usuário buscando por publicador ou por local”. Deve-se ter em mente que os dados de um catálogo não se destinam apenas à busca, ou seja, a encontrar, mas sim a encontrar, identificar, selecionar, obter, navegar e explorar, conforme apresentado nas tarefas do usuário (IFLA, 2016, p. 10-11). Nesse sentido, publicadores e locais podem ser utilizados também, por exemplo, para selecionar recursos informacionais.

O AACR2r aponta informações sobre editores nos capítulos 1 (Regras Gerais para Descrição) e 2 (Livros, Folhetos e Folhas Impressas), inseridas na esfera de descrição bibliográfica. Segundo a regra 21.29 do AACR2r, é possível incluir entradas secundárias para acesso adicional de descrições bibliográficas além das geradas pelo cabeçalho da entrada principal, o que corrobora com a demanda de uma ampliação de pontos de acesso controlados para outros dados que não sejam autoridades e/ou assuntos. Assim, a razão de se criar pontos de acesso controlados para editores não se resumiria apenas



na melhor recuperação da informação, mas também na otimização dos objetivos e funções do catálogo (IFLA, 2018).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O catálogo da FBN pretende acompanhar as funções de encontrar, identificar, selecionar, obter, navegar e explorar (IFLA, 2018) e merecem destaque, no presente contexto, as ações de: permitir a eficaz identificação e recuperação dos dados bibliográficos, ser um elo entre as publicações e os leitores, além de exercer o papel de ser salvaguarda da memória nacional. Neste aspecto, o catálogo de editores é um retrato das mudanças e alterações do mercado editorial que a representação descritiva deve acompanhar para realizar o tratamento de acervos de modo eficaz e eficiente.

Vale ressaltar que durante o processo de elaboração desta pesquisa, foi possível observar que alguns grupos editoriais e editoras se integraram e/ou criaram novos selos, ou até mesmo cancelaram selos, integrando as obras que o compunham em outros selos da editora. Isto ratifica que, por mais extensa que tenha sido a pesquisa, seria de complexa realização englobar a dinâmica do mercado editorial nacional que está em constante transição.

Evidencia-se que algumas questões específicas também levantadas durante a elaboração deste trabalho não foram alvo desta pesquisa, mas merecem a devida atenção para um levantamento futuro: a) Mudança nas grafias dos nomes de editores⁹ e b) Flexões de gênero e singular/plural na expressão adotada “Edição de autor”¹⁰.

Outro ponto que merece destaque é sobre o *software* que a FBN está utilizando atualmente. Como mencionado, este possui uma base de dados auxiliar para o controle dos nomes de editores e apresenta campos específicos para os dados editoriais e “remissiva ver”. Contudo, ainda não temos o estado da arte no relacionamento destes dados, mesmo que este trabalho tenha como um dos objetivos tratar as editoras como um ponto de acesso, ainda não é possível manter base semelhante utilizada para autoridades.

⁹ Variações como, por exemplo: Typ., Tip. e Typographya para se referir à Tipografia.

¹⁰ Destacado pela servidora da FBN, Maria Fernanda Nogueira, atualmente lotada na Divisão de Manuscritos desta instituição.



Nessa esfera, acredita-se que as inovações tecnológicas nas áreas da biblioteconomia e tecnologia da informação possam oferecer novas alternativas para a catalogação, de forma que mesmo a área da descrição bibliográfica, hoje ainda não abarcada com pontos de acesso controlados, tenha essa possibilidade quando as unidades de informação assim o desejarem (sem necessitar de um desdobramento das autoridades em campos à parte). Então, por exemplo, poderia haver uma opção em que o catalogador possa incluir a editora no registro bibliográfico conforme se apresentar no documento ao mesmo tempo em que o próprio campo de editores oferecesse a seleção do ponto de acesso controlado para a consistência descritiva. Desta forma, talvez, não houvesse a necessidade de se criar diretrizes para escolher apenas 1 forma padronizada dos nomes das editoras, mas sim registrá-las conforme a realidade editorial o faz, mas mantendo o controle do ponto de acesso com sua padronização para a recuperação eficaz.

Por fim, este trabalho visa divulgar uma das produções internas do corpo funcional da FBN e as inquietações dos catalogadores com o mercado editorial e as normativas biblioteconômicas para descrição bibliográfica.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6029**: informação e documentação: livros e folhetos: apresentação. Rio de Janeiro, 2006.

ASSUMPÇÃO, Fabrício Silva. Controle de autoridades para publicadores e locais de publicação: por que não? In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTAÇÃO E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 27.; ENCONTRO DE ESTUDOS E PESQUISAS EM CATALOGAÇÃO; 6., 2017, Fortaleza. **Anais** [...]. Disponível em: <https://portal.febab.org.br/anais/article/view/1923>. Acesso em: 29 maio 2019.

BARCELLOS, Marília de Araujo. As pequenas e médias editoras diante do processo de concentração: oportunidades e nichos. In: BRAGANÇA. Aníbal; ABREU, Márcia (Org.). **Impresso no Brasil**: dois séculos de livros brasileiros. São Paulo: Unesp; Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 2010.

BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil). **Catálogos de editores**: OrtoDocs. 2017. Disponível em: http://catcrd.bn.br/scripts/odwp032k.dll?t=xs&pr=editores_pr&db=editores&use=kwlivre&disp=list&sort=off&ss=new&arg=7letras&x=0&y=0. Acesso em: 29 ago. 2017.

BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil). **Histórico**. 2016. Disponível em: <http://www.bn.br/sobre-bn/historico> . Acesso em: 20 fev. 2016.



BIBLIOTECA APOSTÓLICA VATICANA. **Normas para catalogação de impressos**. Rio de Janeiro: IBBD, 1962.

CARRENHO, Carlo. **Selos pra que te quero?** [São Paulo], 15 jul. 2016. Disponível em: <https://www.publishnews.com.br/materias/2016/07/15/selos-pra-que-te-quer>. Acesso em: 29 maio 2019.

CÓDIGO de Catalogação Anglo-Americano. 2. ed., rev. 2002. São Paulo: FEBAB / Imprensa Oficial do Estado, 2004. Preparado sob a direção do Joint Steering Committee for Revision of AACR. Tradução para a língua portuguesa sob a responsabilidade da FEBAB.

CUNHA, Murilo Bastos da; CAVALCANTI, Cordélia Robalinho de Oliveira. **Dicionário de biblioteconomia e arquivologia**. Brasília: Briquet de Lemos Livros, 2008.

IFLA. **Declaração dos Princípios Internacionais de Catalogação (PIC)**. Tradução para o português sob a responsabilidade de Marcelo Votto Teixeira. Revisado por Jorge Moisés Kroll do Prado. Holanda : IFLA, 2018. Disponível em: https://repository.ifla.org/bitstream/123456789/89/1/icp_2016-pt.pdf. Acesso em: 25 jul. 2024.

KORACAKIS, Teodoro. Uma história em processo: a Companhia das Letras de 1986 a 2006. *In*: BRAGANÇA, Aníbal; ABREU, Márcia (Org.). **Impresso no Brasil: dois séculos de livros brasileiros**. São Paulo: Unesp; Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 2010.

OLIVER, Chris. **Introdução à RDA: um guia básico**. Brasília: Briquet de Lemos Livros, 2011. 153 p.

QUIVY, Raymond; CAMPENHOUDT, Luc Van. **Manual de investigação em ciências sociais**. 6. ed. Lisboa: Gradiva, 2013.

RANGANATHAN, Shiyali Ramamrita. **As cinco leis da Biblioteconomia**. Brasília: Briquet de Lemos Livros, 2009.

RIBEIRO, Antonia Motta de Castro Memória. **Edição**. [S.l.], 28 ago. 2012. AACR2: perguntas e respostas. Disponível em: <http://www.amemoria.com.br/msg/419.htm>. Acesso em: 22 jul. 2024.